



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO ESPECIAL DE CANIL CENTRAL - SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF

TIC - ETP - Estudo Técnico Preliminar Contratação

Processo nº 08200.023881/2023-97

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO 60/2023

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. Categoria do objeto: Bens
- 1.2. Número da Contratação: 200334/03/2023
- 1.3. Processo Administrativo: 08200.023881/2023-97

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. Para atuar na área de prevenção e combate ao crime organizado, a Polícia Federal (PF) conta com o suporte dos serviços de detecção de drogas, explosivos, armas e munições, entre outros, desenvolvidos com a utilização de cães detectores de faro.
- 2.2. Os animais de trabalho da PF são submetidos a treinamentos técnicos diários compostos de uma série de atividades que requer o consumo de uma ração balanceada e de boa qualidade, visando sempre a garantia da manutenção da saúde dos cães, como também, o desempenho de suas funções com maior agilidade, com sentidos mais aguçados e, consequentemente, com uma resposta mais eficaz aos eventos a que forem submetidos.
- 2.3. O presente Estudo Técnico Preliminar visa analisar e definir a melhor forma de atendimento da demanda relativa à alimentação diária dos animais de trabalho da PF, a partir de dezembro de 2023 a novembro de 2024, tendo em vista o término da vigência da Ata de Registro de Preços nº 28/2022 - GGAD/DLOG/PF.

3. ÁREA REQUISITANTE

- 3.1. Área Requisitante: SECAN/CRD/CGPRE/DICOR/PF
- 3.2. Responsável: Marcelo Azem

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Para atendimento da demanda relativa à alimentação diária dos cães de trabalho da PF, segundo orientações da Área de Veterinária do SECAN, chegou-se as especificações e aos quantitativos discriminados no quadro abaixo:

QUADRO I								
ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO PGC	CÓDIGO CATMAT	UNID. DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QUANT. TOTAL
01	Alimento completo para cães (ração animal) da categoria "Super Premium" para cães filhotes de grande porte, com até 15 (quinze) meses de idade, de alta digestibilidade, enriquecida com ômega 3 e 6, de acordo com as especificações definidas abaixo:		03/2023 - ID 280	311057	kg	1.000	1.800	5.000
	Níveis de garantia	Quant.						
	Proteína bruta (mín.)	28,00%						
	Extrato etéreo (mín.)	14,00%						
	Matéria mineral (máx.)	7,50%						
	Matéria fibrosa (máx.)	3,00%						
	Umidade (máx.)	10,00%						
	Minerais	Quant.						
	Fósforo (mín.)	0,68%						
	Cálcio (mín.)	0,75%						
	Cálcio (máx.)	1,40%						
	Sódio (mín.)	0,20%						
	Potássio (mín.)	0,44%						
02	Alimento completo para cães (ração animal) da categoria “Super Premium”, para cães		03/2023 - ID 279	311067	kg	800	1.500	4.000

adultos de grande porte, com peso entre 20 e 40 kg, com mais de 15 (quinze) meses de idade, de alta digestibilidade, enriquecida com glucosamina e taurina, de acordo com as especificações definidas abaixo:						
Níveis de garantia	Quant.					
Proteína Bruta (mín.)	26,00%					
Extrato Etéreo (mín.)	14,00%					
Matéria Mineral (máx.)	8,00%					
Matéria Fibrosa (máx.)	4,00%					
Umidade (máx.)	10,00%					
Minerais	Quant.					
Fósforo (mín.)	0,60%					
Cálcio (mín.)	0,70%					
Cálcio (máx.)	1,40%					
Sódio (mín.)	0,20%					
Potássio (mín.)	0,45%					

4.2. Para estimativa das especificações e dos quantitativos discriminados acima foram observadas as seguintes considerações:

4.2.1. A demanda em questão trata-se de uma necessidade constante, relativa à alimentação diária dos cães de trabalho da PF com um produto de qualidade, dentro de um prazo de validade adequado, mantendo sempre o estoque em quantidade necessária ao pronto atendimento, acrescido de uma reserva técnica, em função de possíveis imprevistos na aquisição do produto.

4.2.2. Os quantitativos mensais da referida demanda são variáveis, tendo em vista a diversidade de dietas alimentares dos animais, assim como, a flutuação do número de cães alojados no SECAN, em função de fatores diversos.

4.2.3. O produto a ser adquirido trata-se de um bem perecível, inviabilizando o estoque em grandes quantidades, considerando ainda a limitação de armazenamento do SECAN, em função das suas instalações físicas.

4.2.4. A existência de diversas empresas fornecedoras disponíveis no mercado, haja vista tratar-se de um bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

4.3. Além das especificações constantes da tabela acima, os produtos a serem fornecidos deverão possuir as seguintes características:

4.3.1. ser de categoria “Super Premium”;

4.3.2. apresentar formulação fixa, sem eventuais substitutos;

4.3.3. não conter em sua composição: carne bovina e seus subprodutos, farinha de sangue, ossos ou penas, corantes, aromatizantes artificiais, soja ou quaisquer de seus subprodutos, excetuando-se a proteína hidrolisada de soja;

4.3.4. ser embalada em saco de polietileno opaco, com fotoprotetor, resistente e hermeticamente fechado, em conformidade com as Normas vigentes do MAPA;

4.3.5. conter impressa na embalagem, não sendo aceitos rótulos adesivos, a identificação e o número de registro do fabricante no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, a composição básica e os níveis de garantia do produto, a data de industrialização, o prazo de validade, o número de lote, bem como, demais exigências previstas na IN MAPA nº 30, de 05 de agosto de 2009;

4.3.6. apresentar peso líquido entre 10 a 20kg (dez a vinte quilos);

4.3.7. apresentar prazo de validade explícito na embalagem de, no mínimo, 12 (doze) meses, quando o fabricante não especificar prazo superior.

4.3.8. ser comercializado no mercado nacional há pelo menos 03 (três) anos sem intercorrências que coloquem em risco a qualidade ou a segurança do produto. Não serão aceitos alimentos completos para animais de companhia produzidos especificamente para atender ao certame, sem as exigências suso mencionadas.

4.4. As especificações acima estabelecidas não estão direcionadas a nenhum fornecedor ou marca específica, existindo no mercado vários produtos que atendem as exigências definidas neste instrumento.

4.5. Os produtos a serem fornecidos deverão ainda atender o que segue:

4.5.1. Observar as especificações constantes no Termo de Referência, assim como, estar em conformidade com a legislação vigente, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental em sua fabricação.

4.5.2. Estar em conformidade com o Regulamento da Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, anexo ao Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007, assim como, com as demais Normas Técnicas vigentes.

4.5.3. Estar em conformidade com as Instruções Normativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, relativas à fabricação e comercialização de alimentação animal (IN nº 04/2007, IN nº 15/2009, IN nº 30/2009 e IN nº 17/2020), notadamente ao que se refere à alimentação canina.

4.5.4. Estar em conformidade com as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, bem como, com as demais legislações vigentes, notadamente no que se refere às exigências relativas aos critérios de sustentabilidade ambiental na sua fabricação.

4.5.5. Atentar para a redução de impacto ambiental no uso de materiais e peças na fabricação da ração, podendo ser exigido do fornecedor a comprovação de que a fabricação do produto:

4.5.5.1. Utiliza, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis.

4.5.5.2. Prioriza, quando possível, o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para fabricação do objeto.

4.5.5.3. Utiliza materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.6. Os fornecedores que apenas comercializam os produtos deverão ainda cumprir o que determina o art. 8º do Decreto nº 6.296, de 11 de setembro de 2007.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Realizado levantamento de mercado, de acordo com as orientações constantes na Instrução Normativa nº 65/2021 - SEGE/ME, identificou-se as compras e os produtos discriminados nos Quadros II e III anexos.

5.2. Após Análise Técnica da Pesquisa de Preços realizada, em consonância com a Portaria nº 449 - SE/MJSP, foi elaborado o Mapa Comparativo de Preços anexo e chegou-se aos valores máximos de referência discriminados no Quadro IV, conforme pode ser observado no subitem 8.1 deste Estudo.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Após análise do estudo realizado, chegou-se as seguintes conclusões:

6.1.1. Não se visualiza a utilização de suprimento de fundos para a aquisição em tela, tendo em vista tratar-se de uma despesa constante, previsível, passível de planejamento, que pode ser programada para passar pelo processo normal de dispêndio.

6.1.2. Não se vislumbra a aquisição em parcela única, tendo em vista tratar-se de bem perecível, com demanda mensal constante, porém em quantidade variável.

6.1.3. Não se enxerga a possibilidade de dispensa ou inexigibilidade de licitação, tendo em vista não terem sido observadas nenhuma das hipóteses previstas nos Artigos 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.4. Se visualiza a adoção do Sistema de Registro de Preço em função da necessidade de contratação constante, a conveniência de aquisição em entregas parceladas, bem como por não ser possível definir previamente o quantitativo certo a ser demandado, em consonância com os incisos I, II e V do Decreto nº 11.462, de 2023.

6.1.5. A formalização de um processo aquisição por meio de Ata de Registro de Preços proporciona ainda a participação no procedimento licitatório dos demais Canis Regionais da PF, assim como de outros órgãos da administração pública, possibilitando auferir melhores preços por meio da economia de escala.

6.2. Em face do exposto, concluiu-se que para atendimento da demanda da Área de Veterinária do SECAN, relativa à aquisição da alimentação dos seus cães de trabalho, será realizado um procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, com entrega do produto de forma parcelada, em quantidades variáveis e nas condições descritas abaixo:

6.2.1. O objeto da licitação será dividido em itens e o critério de julgamento será do tipo menor preço por item, facultando-se aos licitantes a participação em quantos itens forem do seu interesse, em função das peculiaridades da aquisição.

6.2.2. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio no procedimento licitatório, por tratar-se de compra de produtos de baixa complexidade técnica e de pequeno vulto e por entender-se que a vedação não restringirá a competitividade do certame.

6.2.3. O prazo de vigência da Ata será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, de acordo com o art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. Após publicação da Intenção de Registro de Preços nº 21/2023 os Órgãos/Entidades da administração pública abaixo discriminados manifestaram interesse em participar do pretense Sistema de Registro de Preços, na forma de Órgãos Participantes, conforme previsto no artigo 4º do Decreto nº 7.892/2013. São eles:

6.3.1. Superintendência Regional da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul (SR/PF/MS) – UASG 200354.

- 6.3.2. Superintendência Regional da Polícia Federal no Mato Grosso (SR/PF/MT) – UASG 200374.
- 6.3.3. Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo (SR/PF/ES) – UASG 200352.
- 6.3.4. Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre (SR/PF/AC) – UASG 200380.
- 6.3.5. Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro (SR/PF/RJ) – UASG 200356.
- 6.3.6. Superintendência Regional da Polícia Federal em Pernambuco (SR/PF/PE) – UASG 200398.
- 6.3.7. Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais (SR/PF/MG) – UASG 200350.
- 6.3.8. Superintendência Regional da Polícia Federal no Amazonas (SR/PF/AM) – UASG 200382.
- 6.3.9. Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio Grande do Sul (SR/PF/RS) – UASG 200372.
- 6.3.10. Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo (SR/PF/SP) – UASG 200360.
- 6.3.11. Delegacia da Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR (DPF/FIG/PR) – UASG 200366.
- 6.3.12. Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal (CBMDF) - UASG 170394.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Órgão Gerenciador:

7.1.1. A aquisição em tela visa o atendimento da demanda estimada em função do número de boxes de cães existentes no SECAN, bem como, da estimativa do número de cães de trabalho localizados em Brasília/DF, considerando ainda uma estimativa de crescimento, em função do programa de reprodução, assim como, em função da compra de novos animais, durante o período de vigência da ARP.

7.1.2. Para estimativa dos quantitativos foi considerado o que segue:

7.1.2.1. O quantitativo de 39 (trinta e nove) boxes distribuídos entre 24 (vinte e quatro) boxes para cães adultos e 15 (quinze) boxes para cães filhotes.

7.1.2.2. Uma taxa de ocupação média anual de 97,4% (noventa e sete e meio por cento).

7.1.2.3. Uma taxa média de 25% (vinte e cinco por cento) de cães jovens abaixo de 15 (quinze) meses, ocupando os boxes destinados aos cães adultos, porém consumindo ainda ração de filhotes durante a vigência da ata (24 cães x 25% = 06 cães).

7.1.2.4. O descarte de cães a uma taxa média de 20% (vinte por cento), por motivos técnicos diversos, antes de atingirem a fase adulta, porém consumindo ração de filhote por um período médio de 180 (cento e oitenta) dias, durante a vigência da ata (15 cães + 06 cães = 21 cães x 20% = 04 cães).

7.1.2.5. O remanejamento de 03 (três) cães para os canis regionais, após a realização do curso de Operador de Cães Detectores, previsto para ser realizado no primeiro semestre de 2024.

7.1.2.6. A estimativa de nascimento de 01 (uma) ninhada com média de 06 (seis) filhotes, no segundo semestre de 2023, consumindo ração de filhote por um período médio de 180 (cento e oitenta) dias, durante a vigência da ata.

7.1.2.7. A estimativa de uma possível compra de 05 (cinco) cães filhotes, em função da conclusão do processo nº 08200.012997/2022-10, no primeiro semestre de 2024, consumindo ração de filhote por um período médio de 180 (cento e oitenta) dias, durante a vigência da ata.

7.1.3. **Memória de Cálculo**

7.1.3.1. Para efeito de cálculo considerou-se o consumo médio de 0,600kg/dia de ração para cães adultos e 0,600kg/dia de ração para cães filhotes.

7.1.3.2. **Ração para cães filhotes:**

- 15 cães filhotes x 0,600kg = 9kg x 365 dias = 3.285kg de ração de filhote
 - 06 cães jovens abaixo de 15 meses x 0,600kg = 3,6kg x 365 dias = 1.314kg de ração de filhote
 - 04 cães filhotes que poderão ser descartados x 0,600kg = 2,4kg x 180 dias = 432kg de ração de filhote
 - 03 cães filhotes que poderão ser remanejados para os canis regionais x 0,600kg = 1,8kg x 180 dias = 324kg de ração de filhote
 - 06 cães filhotes que poderão vir de uma nova ninhada x 0,600kg = 3,6kg x 180 dias = 648kg de ração de filhote
 - 05 cães filhotes que poderão vir da uma nova aquisição x 0,600kg = 3kg x 180 dias = 540kg de ração de filhote
- Total: 3.285kg + 1.314kg - 432kg - 324 + 648 + 540kg = 5.031Kg
- Total estimado de ração para cães filhotes: 5.000kg

7.1.3.3. **Ração para cães adultos:**

- 18 cães adultos x 0,600kg = 10,8kg x 365 dias = 3.942kg de ração de adulto
- Total estimado de ração para cães adultos: 4.000kg

7.2. Órgãos Participantes:

7.2.1. Os quantitativos estimados pelos Órgãos Participantes foram definidos em seus respectivos Termos de Justificativas, SEI 32138685, e encontram-se discriminados no Quadro IV constante do item 8 deste Instrumento.

8.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. Considerando os quantitativos estimados e os valores unitários máximos de referência definidos no Mapa Comparativo de Preços, bem como, os quantitativos e valores unitários constantes nos Termos de Justificativa apresentados pelos Órgãos Participantes, chegou-se aos quantitativos totais e aos valores unitários máximos de referência discriminados no Quadro IV abaixo:

QUADRO IV							
ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO CATMAT	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA / ITEM
01	Alimento completo para cães (ração animal) da categoria "Super Premium" para cães filhotes de grande porte, com até 15 (quinze) meses de idade, de alta digestibilidade, enriquecida com ômega 3 e 6, de acordo com as especificações definidas abaixo:		311057	kg	3.750	24,47	91.762,50
	Níveis de garantia	Quant.			CGAD		
	Proteína bruta (mín.)	28,00%					
	Extrato etéreo (mín.)	14,00%					
	Matéria mineral (máx.)	8,60%					243
	Matéria fibrosa (máx.)	3,30%					
	Umidade (máx.)	11,00%					
	Minerais	Quant.					
	Fósforo (mín.)	0,60%			CBMDF		
	Cálcio (mín.)	0,70%					
	Cálcio (máx.)	1,60%					
	Sódio (mín.)	0,30%					
	Potássio (mín.)	0,48%					
	02	Idem ao Item 01 - Cota Reservada para ME/EPP em 25%.			311057		kg
CGAD				1.982,07			
81							
CBMDF							
03	Alimento completo para cães (ração animal) da categoria “Super Premium”, para cães adultos de grande porte, com peso entre 20 e 40 kg, com mais de 15 (quinze) meses de idade, de alta digestibilidade, enriquecida com glucosamina e taurina, de acordo com as especificações definidas abaixo:		311067	kg	3.000	21,90	65.700,00
	Níveis de garantia	Quant.			CGAD		
	Proteína Bruta (mín.)	26,00%					
	Extrato Etéreo (mín.)	14,00%					
	Matéria Mineral (máx.)	8,60%					2.046
	Matéria Fibrosa (máx.)	3,30%					
	Umidade (máx.)	11,00%					
	Minerais	Quant.					
	Fósforo (mín.)	0,60%			CBMDF		
	Cálcio (mín.)	0,70%					
	Cálcio (máx.)	1,40%					

	Sódio (mín.)	0,30%				
	Potássio (mín.)	0,48%				
04	Idem ao Item 03 - Cota Reservada para ME/EPP em 25%.	311067	kg	1.000 CGAD 682 CBMDF	21,90	21.900,00 14.935,80
VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA CGAD						209.950,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA CBMDF						67.671,48
05	Idem Item 03 - com entrega na SR/PF/MS	311067	kg	1.400	21,90	30.660,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA SR/PF/MS						30.660,00
06	Idem Item 03 - com entrega na SR/PF/MT	311067	kg	440	21,90	9.636,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA SR/PF/MT						9.636,00
07	Idem Item 03 - com entrega na SR/PF/ES	311067	kg	480	21,90	10.512,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA SR/PF/ES						10.512,00
08	Idem Item 03 - com entrega na SR/PF/AC	311067	kg	400	21,90	8.760,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA SR/PF/AC						8.760,00
09	Idem Item 03 - com entrega na SR/PF/RJ	311067	kg	1.800	21,90	39.420,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA SR/PF/RJ						39.420,00
10	Idem Item 03 - com entrega na SR/PF/PE	311067	kg	900	21,90	19.710,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA SR/PF/PE						19.710,00
11	Idem Item 03 - com entrega na SR/PF/MG	311067	kg	880	21,90	19.272,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA SR/PF/MG						19.272,00
12	Idem Item 03 - com entrega na SR/PF/AM	311067	kg	720	21,90	15.768,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA SR/PF/AM						15.768,00
13	Idem Item 04 - com entrega na SR/PF/RS	311067	kg	1.000	21,90	21.900,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA SR/PF/RS						21.900,00
14	Idem Item 03 - com entrega na SR/PF/SP	311067	kg	1.000	23,29	23.290,00
VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA SR/PF/SP						23.290,00
15	Idem Item 03 - com entrega na DPF/FIG/PR	311067	kg	1.480	23,29	34.469,20
VALOR TOTAL MÁXIMO DE REFERÊNCIA DPF/FIG/PR						34.469,20

8.2. Tendo em vista que o valor total estimado para os itens 01 e 03 foram superiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), foram criados os itens 02 e 04 e estipulada a cota reservada de 25% (vinte e cinco por cento) da cota principal, para participação de microempresa e empresa de pequeno porte, enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

8.3. Tendo em vista que o valor total estimado para os itens de 05 a 15 também foram inferiores a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser adotada a participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte, enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para estes itens.

8.4. Na hipótese de não haver vencedor para as cotas reservadas (Itens 02 e 04), estas poderão ser adjudicadas ao vencedor das cotas principais (Itens 01 e 03) ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

8.5. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, conforme o §3º, do art. 8º do Decreto nº 8.538, de 2015.

8.6. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto nº 8.538, de 2015.

8.7. Dessa forma, os valores totais máximos de referência a serem aceitos na licitação em questão são os abaixo discriminados:

- 8.7.1. Órgão Gerenciador: **R\$ 209.950,00 (duzentos e nove mil, setecentos e cinquenta reais).**
- 8.7.2. Órgão Participante CBMDF: **67.671,48 (sessenta e sete mil, seiscentos e setenta e um reais e quarenta e oito centavos).**
- 8.7.3. Órgão Participante SR/PF/MS: **30.660,00 (trinta mil, seiscentos e sessenta reais).**
- 8.7.4. Órgão Participante SR/PF/MT: **9.636,00 (nove mil, seiscentos e trinta e seis reais).**
- 8.7.5. Órgão Participante SR/PF/ES: **10.512,00 (dez mil, quinhentos e doze reais).**
- 8.7.6. Órgão Participante SR/PF/AC: **8.760,00 (oito mil, setecentos e sessenta reais).**
- 8.7.7. Órgão Participante SR/PF/RJ: **39.420,00 (trinta e nove mil, quatrocentos e vinte reais).**
- 8.7.8. Órgão Participante SR/PF/PE: **19.710,00 (dezenove mil, setecentos e dez reais).**
- 8.7.9. Órgão Participante SR/PF/MG: **19.272,00 (dezenove mil, duzentos e setenta e dois reais).**
- 8.7.10. Órgão Participante SR/PF/AM: **15.768,00 (quinze mil, setecentos e sessenta e oito reais).**
- 8.7.11. Órgão Participante SR/PF/RS: **21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais)**
- 8.7.12. Órgão Participante SR/PF/SP: **23.290,00 (vinte e três mil, duzentos e noventa reais).**
- 8.7.13. Órgão Participante DPF/FIG/PR: **34.469,20 (trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e vinte centavos).**

8.8. Em observância ao inciso I, do art. 40 da Lei 14.133, de 2021, o qual prevê que as condições de aquisição e pagamento deverão ser semelhantes às do setor privado, os critérios de medição e pagamento da pretensa contratação serão os seguintes:

8.8.1. Recebimento

8.8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.8.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.8.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.8.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.8.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8.2. Liquidação

8.8.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.8.2.1.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.8.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.8.2.2.1. o prazo de validade;

8.8.2.2.2. a data da emissão;

8.8.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.8.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.8.2.2.5. o valor a pagar; e

8.8.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.8.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.8.3. Prazo de pagamento

8.8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.8.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.8.4. Forma de pagamento

8.8.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.8.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.8.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

9.1. Atendendo ao princípio do parcelamento, conforme disposto na letra b do inciso V do Art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021, entende-se que a aquisição em tela poderá ser realizada em itens independentes, por se considerar que a divisão do objeto é técnica e economicamente viável e que não representa perda de economia de escala, sendo admitida a contratação de empresas diferentes por itens, objetivando assim o aumento da competitividade.

9.2. Desta forma, a licitação se dará por item, com um número total de 04 (quatro) itens, podendo os licitantes participarem de quantos itens forem de seu interesse, sendo admitida a contratação de empresas diferentes por itens, objetivando assim o aumento da competitividade.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERINDEPENDENTES

10.1. Não foram identificadas contratações que possuem relação com o objeto da compra pretendida.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A aquisição em pauta está alinhada com os Objetivos Estratégicos e as Ações Estratégicas do Plano Estratégico da Polícia Federal 2022 - 2023, conforme transcrição abaixo:

"Objetivo: Fortalecer o Enfrentamento a Criminalidade

Ações Estratégicas:

- 1 - Potencializar as ações de prevenção e repressão a criminalidade com ajuda de novos meios tecnológicos;
- 2 - Priorizar investigações proativas com base em análise criminal;

- 3 - Descapitalizar organizações criminosas e prender seus líderes;
- 4 - Aprimorar o tratamento de notícias crimes com foco na otimização e eficiência da investigação e ampliação das bases de dados;
- 5 - Intensificar a cooperação institucional na área de polícia judiciária;
- 6 - Reforçar a atuação policial em área de fronteiras;
- 7 - Aprimorar os mecanismos de análise e inteligência policial;
- 8 - Sistematizar os procedimentos para gestão da prova pericial;
- 9 - Padronizar, centralizar e integrar a identificação e as informações criminais;
- 10 - Gerenciar e manter bancos de perfis genéticos;
- 11 - Gerenciar e manter bancos nacionais de perfis balísticos;
- 12 - Promover a aplicação de geotecnologia em apoio as funções de segurança pública, política judiciária e administrativa."

11.2. A presente demanda encontra-se prevista no PAC/PGC do exercício 2023, código 200334 - 03/2023.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. A presente aquisição tem por objetivo oferecer aos cães de trabalho da PF uma alimentação completa, balanceada e de boa qualidade, visando sempre a manutenção da saúde e bem-estar dos animais, com a eficácia desejada nas atividades relativas ao combate ao tráfico de drogas e detecção de explosivos.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. Não se vislumbra nenhuma necessidade de adequação do ambiente do órgão, tendo em vista tratar-se de aquisição frequente de material de consumo.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Não foram identificados possíveis impactos ambientais em função da aquisição pretendida.

15. DIVERSOS

15.1. Não se visualiza a necessidade de classificação deste instrumento nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

16.1. Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

17. RESPONSÁVEIS

17.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo documento INSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO Nº 31209926/2023-DICON/CGAD/DLOG/PF, SEI 31209926, de 28 de agosto de 2023, conforme transcrição abaixo:

I. Responsável pela Demanda: MARCELO AZEM, matrícula PF 6.993, conforme documento SEI nº 30479882.

II. Membro(s) da Equipe de Planejamento da Contratação: MARCELO AZEM, matrícula PF 6.993 e DIMITRI BORTOLOTO CAJAZEIRA, matrícula PF 6.584, conforme documento conforme documento SEI nº 30479882.

III. Responsável(is) pela Fiscalização : WAGNER JIN, matrícula PF 8.340 e RODRIGO CESAR CAMPOS ARRAES, matrícula PF 12.978, conforme documento conforme documento SEI nº 30479882.

IV. Integrante Administrativo: ISRAEL DE MATOS AMARAL e CAMILA FRANCO LOBATO ARAÚJO, conforme identificado acima."

17.2. Conforme o § 2º do Art. 11 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima competente.

MARCELO AZEM

Agente de Polícia Federal
INTEGRANTE REQUISITANTE

WAGNER JIN

Agente de Polícia Federal
INTEGRANTE TÉCNICO

ISRAEL DE MATOS AMARAL
Agente de Polícia Federal
INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

18. ANEXOS

- 18.1. Mapa Comparativo de Preços, SEI 32092761.
18.2. Quadro II, SEI 31326393.
18.3. Quadro III, SEI 31326402.

19. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

- 19.1. Aprovo este Estudo Técnico Preliminar e atesto sua conformidade às disposições da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019.

Delegado de Polícia Federal
DIRETOR DA DICOR



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO AZEM, Chefe de Serviço**, em 05/12/2023, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WAGNER JIN, Agente de Polícia Federal**, em 06/12/2023, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=32637901&crc=B535661E.

Código verificador: **32637901** e Código CRC: **B535661E**.